

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**Aquisição de Serviços de Limpeza de Terrenos Privados ao abrigo do artigo 57º do Regulamento de Serviço de
Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública**

CPV: 77200000-2: Serviços florestais

ÍNDICE

PARTE I – Cláusulas jurídicas

Cláusula 1. ^a	Objeto
Cláusula 2. ^a	Preço base
Cláusula 3. ^a	Contrato
Cláusula 4. ^a	Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato
Cláusula 5. ^a	Obrigações principais do prestador de serviços
Cláusula 6. ^a	Objeto do dever de sigilo
Cláusula 7. ^a	Preço contratual
Cláusula 8. ^a	Condições de pagamento/Cronograma Financeiro
Cláusula 9. ^a	Modo de faturação aceite e não aceite
Cláusula 10. ^a	Penalidades contratuais
Cláusula 11. ^a	Casos fortuitos ou de força maior
Cláusula 12. ^a	Modificações do contrato
Cláusula 13. ^a	Resolução por parte da entidade adjudicante
Cláusula 14. ^a	Resolução por parte do prestador de serviços
Cláusula 15. ^a	Seguros
Cláusula 16. ^a	Foro competente
Cláusula 17. ^a	Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 18. ^a	Contagem dos prazos
Cláusula 19. ^a	Legislação aplicável

PARTE II – Requisitos gerais e especificações técnicas

PARTE I – Cláusulas Jurídicas**Secção I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª****Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de Serviços de Limpeza de Terrenos Privados ao abrigo do artigo 57º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública**, cujas características técnicas estão patentes na PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª**Preço base**

O preço base do presente procedimento é de **10.000,00€** (dez mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerado como parâmetro base do preço contratual, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, durante o seu período de vigência.

Cláusula 3.ª**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões das peças do procedimento identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª**Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato**

1 - O presente procedimento produz efeitos desde a assinatura do contrato e até 31/12/2025, em conformidade com os respectivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª**Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta e de acordo com PARTE II – **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas** do caderno de encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª**Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral da Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.

Cláusula 7.ª**Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. A não execução das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pela entidade adjudicante.
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª**Condições de pagamento/ Cronograma financeiro**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega e validação das respetivas faturas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço em causa, nos termos do previsto na PARTE II - **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.**
3. As faturas em causa devem conter os elementos previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, mencionado, igualmente para o efeito o número do procedimento de contratação, bem como o número de compromisso (requisição externa de despesa) e deverão ser emitidas em nome do Município de Fafe.
4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, até ao dia 31 de dezembro de 2020, os cocontratantes devem utilizar mecanismos de faturação previstos no artigo 299.ºB do Código dos Contratos Públicos, ou seja, as faturas devem, obrigatoriamente, ser remetidas eletronicamente, através do endereço de correio eletrónico fatura.eletronica@cm-fafe.pt, devendo o respetivo email conter, em anexo, um ficheiro PDF assinado e um ficheiro XML no formato UBL 2.1. (modelo CIUS-PT).
 - i) Sendo obrigatório a partir de 30 de setembro de 2021, todas as faturas em XML e PDF enviadas por via eletrónica têm de passar a conter uma assinatura digital qualificada para serem consideradas legais, e cumpra as diretrizes do Despacho n.º 133/2021-XXII, relativo ao Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.
 - ii) Ou provisoriamente, ficheiro PDF enviadas por via eletrónica com assinatura digital qualificada para o endereço contabilidade@cm-fafe.pt, até que a Entidade Adjudicante avise que já não deverão optar por esta 2.ª vias.

- iii) Ressalva-se que não deverão ser remetidas simultaneamente faturas pelas duas vias e não serão aceites faturas PDF sem assinatura digital qualificada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de **transferência bancária**.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, e elementos deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo máximo de 5 dias úteis.

Cláusula 9.ª

Modo de faturação aceite e não aceite

1. A partir de 01 de janeiro de 2025, todos os fornecedores do Estado, enquanto cocontratantes, terão de utilizar um sistema de faturação eletrónica para enviar as suas faturas aos organismos públicos, no âmbito da execução de contratos públicos, conforme estabelecido na Parte III do Código dos Contratos Públicos, [CCP, artigo 299.º-B](#), republicado no Anexo III do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com a Portaria 426-A/2012, de 28 de dezembro;
2. Para garantir o cumprimento do Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, os fornecedores do Estado devem dispor **de uma solução de EDI para entregar o ficheiro de dados estruturados XML segundo o formato CIUS-PT**;
3. Nos termos da alínea c) do n.º 2 do [artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15/02](#), na sua redação atual, considera-se garantida a autenticidade da origem e a integridade do conteúdo dos documentos emitidos por via eletrónica, desde que os respetivos emitentes e destinatários outorguem um acordo que siga as condições jurídicas do «Acordo tipo EDI europeu», aprovado pela [Recomendação n.º 1994/820/CE, da Comissão, de 19/10](#).
4. A Câmara Municipal de Fafe tem implementado a solução **EDI com o parceiro Cegid Yet**, o qual se encontra mandatado para promover e desenvolver o processo de adesão dos seus fornecedores à faturação eletrónica;
5. Apenas é aceite o envio de faturação eletrónica através de intercâmbio eletrónico de dados (EDI), de um ficheiro estruturado em formato XML em registo CIUS.PT.
6. Para garantir o cumprimento do Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, os fornecedores do Estado, enquanto cocontratantes, devem dispor de uma solução de EDI para entregar o ficheiro de dados estruturados XML segundo o formato CIUS-PT;
7. **Não é aceite fatura eletrónica**, que não respeitam as normas europeias, a saber:
 - 7.1- O envio de fatura à contabilidade, em formato PDF, por correio eletrónico (email).
 - 7.2- Os seguintes documentos também não são considerados faturas eletrónicas nos contratos públicos: - Faturas não-estruturadas emitidas em PDF ou Word; - Imagens de faturas, em formato jpg, tiff ou outro; - Faturas não-estruturadas em HTML, numa página web ou num e-mail; - OCR – Optical Character Recognition (digitalização de faturas em papel); - Faturas em papel enviadas como imagens, via fax.
8. A **faturação mantém a obrigatoriedade** de inclusão da seguinte informação específica:

- 8.1- Número de compromisso no formato Ano/Número, em que a composição será algarismo/até4 algarismos (exemplo: 2023/1234) – tag do cius-pt: “AccountingCost”;
- 8.2- Deve conter o .pdf original da fatura (embebido no .xml) . Nomenclatura .xml CIUS-pt “INVOICE_REPRESENTATION”;
- 8.3- Anexos de apoio à fatura (exemplo autos medição) – Nomenclatura .xml CIUS-PT:”ATTACHMENT”.
9. O envio de fatura que não cumpre as normas legais anteriormente referidas, é devolvida;
10. **A partir de 1 de janeiro de 2025**, as faturas em formato PDF deverão conter os requisitos de autenticidade, nomeadamente a **Assinatura Digital Qualificada**, para serem considerados documentos válidos, sob pena de devolução.

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Fafe pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços ou periodicidade de execução das tarefas objeto do contrato, até 5% do valor de adjudicação por cada dia de atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Fafe pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do valor de adjudicação.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Fafe tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Fafe pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Fafe exija uma indemnização pelos danos causados, bem como por quaisquer coimas ou outras sanções pecuniárias que lhe venham a ser aplicadas em virtude de incumprimentos do prestador de serviços.
6. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua resolução imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

Cláusula 11.ª**Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª**Modificações do contrato**

O Município de Fafe poderá modificar unilateralmente o presente contrato, tendo por fundamento uma decisão/orientação do Estado, em face da pandemia do COVID-19.

Cláusula 13.ª**Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, quando haja atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a quatro dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 14.ª**Resolução por parte do prestador de serviços**

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª**Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, relativo à prestação de serviços.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

Cláusula 16.ª**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª**Contagem dos prazos**

À contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente, o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

[PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas](#)

**Aquisição de Serviços de Limpeza de Terrenos Privados ao abrigo do artigo 57º do
Regulamento nº 298/2015 Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e
Limpeza Pública**

I - REQUISITOS GERAIS

1. Local

A prestação de serviço objeto do presente caderno de encargos far-se-á em todo o concelho de Fafe.

2. Prazo de execução

A entidade adjudicatária obriga-se a concluir a execução dos trabalhos, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas, descritas no presente Caderno de Encargos, mediante solicitação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, até dia 31 de dezembro de 2025, devendo iniciar os trabalhos no prazo máximo de 10 dias, após a comunicação pelo Município, respeitando sempre as datas agendadas para posse administrativa.

3. Fiscalização, controlo e avaliação do serviço prestado

3.1. O Município tem direito à fiscalização, controlo e avaliação do serviço prestado, sem prejuízo do normal, da forma como a atividade do prestador se desenrola, podendo nomear um responsável para proceder à avaliação e acompanhamento, incidindo a sua ação nomeadamente, sobre:

3.1.1. Verificação quantitativa, que tem por objeto comprovar as quantidades globais dos serviços adquiridos com as quantidades executadas em cada dia, bem como conferir os demais elementos da prestação;

3.1.2. Verificação qualitativa, que tem por objeto comprovar a conformidade da qualidade dos serviços prestados e dos resultados obtidos com as especificações legalmente fixadas.

3.1.3. O Município poderá efetuar no período da prestação de serviços as operações de verificação quantitativa e qualitativa, podendo rejeitar total ou parcialmente os serviços executados.

3.1.4. No caso de rejeição dos serviços, o prestador dos mesmos deverá proceder à sua imediata correção.

3.1.5. O prestador de serviços obriga-se a fornecer todo o tipo de dados referentes ao fornecimento dos serviços objeto do presente procedimento, sempre que lhe sejam solicitados pelo Município.

4. Medições dos trabalhos

4.1. As medições de todos os trabalhos executados são feitas no local da obra, pelo responsável da fiscalização designado pelo município com a colaboração do prestador de serviços, ou seus representantes devidamente autorizados.

4.3. A medição será efetuada por cada trabalho solicitado.

II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Trabalhos a executar

1.1. Os serviços a prestar, integram-se no âmbito do artigo 57º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, que determina que caberá, aos proprietários dos terrenos privados, proceder periodicamente à sua limpeza, de modo a evitar o aparecimento de matagais, suscetíveis de afetarem a salubridade dos locais ou provocarem riscos de incêndios, podendo a Câmara Municipal substituir-se aos mesmos sempre que se entenda existir perigo de salubridade.

1.2. Os serviços a prestar incluem:

a) Corte e/ou arranque da vegetação herbácea e arbustiva existente.

b) Desramagem de canos pendentes sobre a via pública e/ou terrenos vizinhos, que ofereçam risco de queda, de modo a evitar danos materiais junto de edificações ou infraestruturas que existam no local.

- c) Remoção de lixos, detritos ou outros desperdícios, devendo os mesmos ser transportados a destino final adequado de acordo com o tipo de resíduos.
2. A extirpação da vegetação após o corte, deverá ser efetuada por trituração no local ou por remoção para destino final adequado.
3. Não é permitida a utilização de qualquer forma de extinção química.
4. A execução de todos os trabalhos deverá cumprir todas as regras de segurança e manuseamento das máquinas, devendo ser utilizado o respetivo equipamento de proteção individual em todos os momentos.

O Presidente da Câmara Municipal,